

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E A EXCELÊNCIA ACADÊMICA: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DA UFRGS.

GREGÓRIO DURLO GRISA¹

Resumo: o presente trabalho trata das mudanças pelas quais a universidade tem passado nos últimos dez anos, no Brasil e, mais especificamente, a UFRGS nos últimos cinco anos. Com o advento de ações afirmativas e com o significativo aumento das vagas no setor público, deparamo-nos com uma universidade distinta daquela que, há meio século, recebia somente parcela privilegiada da sociedade. Apresenta-se o contexto teórico e político que possibilitou a promulgação da Lei 12.711, de agosto de 2012, que tornou as cotas, obrigatórias nas universidades públicas federais. Reflete-se sobre o que representam as ações afirmativas em um ensino superior pautado pela lógica da "excelência acadêmica", que tem seus modos de produzir o ensino, a pesquisa e a extensão, e é marcada, primordialmente, pelos seus métodos e fundamentos avaliativos.

Palavras chave: ações afirmativas, excelência e universidade.

Abstract: The present work deals with the changes that Brazilian universities have gone through in the last ten years, with a special focus on the UFRGS during the last five years. With the advent of affirmative actions and a significant increase of vacancies in the public sector, universities have moved away from those that, half a century ago, would only receive the most privileged sections of society. This article introduces the theoretical and political context that enabled the enactment of Law 12,711, August 2012, which made the quotas mandatory in federal public universities. It also reflects on what affirmative actions represent within a higher education guided by a logic of "academic excellence", with its own ways of conducting teaching, research and extension activities, and which is mostly characterized by its evaluative methods and fundamentals.

key words: affirmative actions, excellence e university.

INTRODUÇÃO

Enquanto pela forma hegemônica do conhecimento conhecemos criando ordem, a epistemologia da visão levanta a questão sobre se é possível conhecer criando solidariedade. A solidariedade como forma de conhecimento é o reconhecimento do outro como igual, sempre que

¹ Pedagogo pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É bolsista de doutoramento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade.

Boaventura de Souza Santos²

A universidade pública, enquanto instituição das mais complexas e fundamentais, tem em seu leque de responsabilidades o de ser socialmente comprometida. Isto é, participar como ator ativo da resolução coletiva dos problemas sociais, ser protagonista ao subsidiar as políticas públicas implantadas pelo Estado e se democratizar em termos de acesso, permanência e dinâmicas internas. Para tal há de se refletir sobre a crise pela qual passa a Universidade no Brasil no que se refere a cumprir a expressa responsabilidade.

A noção de *Público* da instituição universitária, de acordo com a perspectiva teórica aqui adotada, tem relação com a socialização do conhecimento. O bem (conhecimento) é mais público quanto mais democratizado, tanto em termos da pulverização de conteúdo historicamente construído, quanto em termos de aplicabilidade social do mesmo, no sentido de servir ao conjunto da sociedade.

As instituições mais reconhecidas de ensino superior público estão cada vez mais orientadas para a produção do conhecimento de alto nível de complexidade, desejam atingir a excelência acadêmica, conceito que iremos desenvolver a seguir e que traz consigo um conjunto de valores e princípios que, no nosso entender, tem distanciado a universidade de suas responsabilidades sociais.

Uma universidade que prioriza exclusivamente a produção de ciência de ponta e o considera como aquele conhecimento realmente válido e pertinente colabora para uma compreensão homogênia da produção do conhecimento, que marginaliza formatos alternativos e não considera a diversidade dos modos com que os grupos sociais se relacionam com a realidade e resolvem seus problemas. Quando falamos em exclusão e/ou desconsideração de formatos alternativos de produção de conhecimento não estamos nos referindo a algum "ato reflexivo ou espiritualizado" de determinados grupos sociais, por vezes encarado pelos acadêmicos de modo exótico. Estamos tratando da exclusão de modos de socialização, de organização do trabalho, da economia e de relação com a natureza, maneiras de estar no mundo em colectividade

² Santos, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, p. 246.

com as quais a universidade tem de se relacionar, em dialética aprendizagem em uma via de mão dupla.

As ações afirmativas entram nesse debate como ferramentas produtoras de possibilidades, têm o potencial, resguardado seus limites, de oferecer as universidades matéria-prima social para que a relação dessas com a sociedade avance na direcção da complementaridade da produção e legitimação do conhecimento. Através do convívio de saberes científicos e saberes leigos será necessário repensar a relação umbilical que há entre injustiças sociais e injustiças cognitivas.

Com a articulação dos movimentos sociais negros, que exigiam maior igualdade na representação étnico-racial nos mais altos níveis de ensino, mecanismos mais equitativo no acesso, a reserva de vagas, ou cotas, surgiram como alternativa. Políticas de ações afirmativas no ensino superior, que hoje se tornaram lei no sistema federal, tiveram suas primeiras experiências em universidades com vínculos com os movimentos sociais negros e afins. Através de leis legislativas estaduais ou de decisões dos Conselhos Superiores das universidades, a partir de 2003, muitos modelos de ações afirmativas foram surgindo no Brasil.

Ações afirmativas são políticas públicas que procuram dirimir desigualdades entre diferentes grupos sociais, assim como oportunizar inclusão na esfera pública, como no ensino e no trabalho, e ainda defender direitos históricos ou emergenciais desses grupos. Na história recente do Brasil, temos exemplos concretos de medidas do Estado que se constituem em ação afirmativa, como a Lei Maria da Penha, que defende a mulher diante da violência doméstica e o Estatuto do Idoso, que regulamenta os direitos específicos da população idosa no país. Nesses dois casos, as polêmicas e reações adversas são menores do que quando se trata de cotas para negros no ensino superior público.

As reações da sociedade diante da adoção de cotas para negros e estudantes de escolas públicas são distintas, como era de se esperar em um país continental. No começo dos anos 2000 o receio sobre o tema era grande em todos os setores da sociedade. As regiões sul e sudeste experimentam resistências substanciais de grupos conservadores com forte influência nos meios de comunicação e no poder político. O monopólio da informação no Brasil (Rede Globo) sempre se portou assumidamente,

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

contrário a políticas de ação afirmativa para a população negra, isso tem um poder de formação da opinião pública que se estende a todo país.

O contexto teórico e político que possibilitou que políticas desse perfil fossem adotadas e atingissem um consenso jurídico e legislativo que hoje têm, é marcado por algumas características que merecem ser comentadas. Diferente do Brasil do Estado Novo (1937 – 1944) em que a estratégia nacional era mostrar um país unificado e apresentar um suposta democracia racial como qualidade, pois o modelo de Estado-Nação forte é o hegemônico nesse período, a redemocratização dos 1980 ocorre sobre outros referenciais.

O paradigma do multiculturalismo que salienta a diversidade e exige do Estado garantias de respeitá-la é o vigente nos últimos anos, o discurso dos direitos colectivos e de que a igualdade formal deve se materializar é internacionalmente aceito em nossos dias. Esses elementos aparecem nas Constituições dos países que saem das ditaduras latino-americanas, noções pluriétnicas são contempladas e o racismo passa a ser assumido pelo Estado brasileiro como mazela social.

Portanto, as ideias de país miscigenado, democrático racialmente que foram bandeiras tanto do desenvolvimentismo pós-guerra tanto da ditadura militar, perdem espaço para doutrinas identitárias de reconhecimento das diferenças que estavam em voga no cenário internacional. O período em que as políticas econômicas neoliberais são vitoriosas é concomitante com o êxito das noções do multiculturalismo.

Já nos anos 2000, com a ascensão de outro bloco político ao governo, há uma aproximação entre demandas étnico-raciais e as políticas de Estado, pois militantes e lideranças que transitam entre ONGs e movimentos sociais negros são incorporados pelo governo e facilitam esse diálogo.

Soma-se a esse contexto, uma aceitação maior, no meio político e académico, da ideia de que as “desigualdades sociais no Brasil estão amarradas desigualdades sociais no Brasil estão amarradas a mecanismos invisíveis (ou invisibilizados) de discriminação racial, que favorecem a sua reprodução ampliada” (Guimarães, 2006: 280).

Esse argumento de desigualdades acumuladas em que o elemento racial cumpre papel também decisivo junto com a dimensão de classe advem dos já clássicos estudos de Carlos Hasenbalg (2005) e Nelson do Vale Silva (1978). A relação íntima entre

pobreza e cor comprovada com base em dados quantitativos e qualitativos é o grande achado desses pesquisadores.

O argumento político consequente foi de que a simples universalização da educação formal, a ausência de barreiras raciais legais e a ampliação das oportunidades de emprego e renda, trazidas pelo avanço capitalista, não seriam suficientes para diminuir as desigualdades sociais brasileiras, visto que elas tinham um caráter racial implícito e não visível, que impedia qualquer ilusão de universalização das oportunidades. A democracia racial era realmente um mito e uma farsa, tal como algumas lideranças negras e alguns sociólogos já diziam desde o final dos anos de 1960. (Guimarães, 2006: 281).

Diante da vitória dessa interpretação sociológica e o caminho trilhado pelo movimento negro, de busca pela valorização de identidade, as respostas políticas passaram a levar em conta o critério racial. Até porque, com reiteradas comprovações dos órgãos oficiais de estatística e pelos acadêmicos de que a raça é um fator reprodutor de desigualdades, a questão que passou a ser colocada é: como combater essas desigualdades orientadas pela raça sem reconhecê-la e utilizá-la como central para elaborar políticas públicas?

O CASO DA UFRGS

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade foco dessa reflexão, as ações afirmativas, na modalidade de cotas, foram adotadas através de uma decisão do CONSUN (Conselho Universitário) em 2007, e passaram a valer no processo seletivo (Vestibular) de 2008. A decisão previa que 30% das vagas dos cursos de graduação da instituição fossem reservadas para alunos egressos de escola pública e que dessas, metade foi reservada para alunos também de escolas públicas que se autodeclarem negros.

A história da UFRGS se confunde com a história da formação da elite intelectual do estado do Rio Grande do Sul. No fim do século XIX e início do XX, foram criadas as Escolas de Farmácia e de Engenharia, seguidas pela Faculdade Livre de Medicina e a Escola Livre de Direito (Leite, 2010: 72). Com essa nomenclatura, a UFRGS existe desde 1950, quando foi federalizada. Fruto da união de várias faculdades e escolas,

sempre se caracterizou por receber a camada detentora do poder econômico e político da região.

O primeiro ano de ações afirmativas foi marcado por resistência de parcela da comunidade acadêmica e da imprensa, mensagens pejorativas foram pichadas nos muros da universidade e atos de racismo eram narrados. Passados cinco anos, os ânimos amenizaram e o conteúdo do debate ganha outros contornos, agora, a renovação das ações afirmativas e a qualificação da política são as tônicas do debate, tanto na UFRGS como nas instituições públicas que passam por dinâmica semelhante.

Para que se tenha uma noção clara desse processo, no ano de 2007, algo em torno de 70% dos estudantes que ingressavam na universidade eram oriundos de escolas particulares, isto é, o ensino superior público era muito pouco usufruído por estudantes que têm seu histórico em escolas públicas. No que se refere ao cenário étnico, em 2007, apenas 3% dos estudantes ingressantes era negro de escola pública na UFRGS, configurando um quadro vergonhoso para uma universidade pública dessa dimensão.

Esse cenário se modificou nos últimos anos, e o ingresso de um público que historicamente não frequentava a universidade passou a produzir desafios estruturais, pedagógicos e de gestão de outra ordem. As ações afirmativas têm demandado algumas avaliações que apontam para o fato de que, sem a adoção dessa política, a universidade não olharia com atenção para alguns fenômenos como acompanhamento pedagógico e problemas de evasão e reprovação. Ou seja, as ações afirmativas, além de democratizarem o acesso ao ensino superior, têm desafiado a universidade a se perguntar sobre sua lógica de funcionamento, suas dinâmicas didático-pedagógicas, seus objetivos como ente público com compromisso social e acerca dos valores que suas práticas carregam.

É importante situar historicamente a universidade brasileira, tendo em vista que ela está inserida na sociedade e é influenciada pelo movimento político desta. A década de 1990 é marcada pela instituição, no Brasil e na América Latina, de um modelo de gestão neoliberal de Estado, essa postura dos governos reflete intensamente no ensino superior. Nesse período, a expansão do ensino superior privado é significativa e, além da estagnação dos investimentos no setor público para aumento de vagas e melhoria de infraestrutura, por exemplo, o Ministério da Educação e as agências de fomento à

pesquisa passam a ser administrados por uma lógica empresarial de Estado, sofrendo uma mercantilização de sua identidade institucional.

No plano político, vigora a racionalidade mercantil no âmbito do Estado (a regulação do mercado), que, no âmbito da educação superior apresentasse como Estado *gestor*, ao estabelecer instrumentos jurídicos para a conformação da identidade universitária e avaliar, regular, e controlar a liberdade acadêmica, essencial às atividades e à formação do professor-pesquisador das universidades estatais públicas. (Schissardi *et al.*, 2010: 114).

Tal modelo de pensar a universidade ainda é o hegemônico, principalmente, tratando-se de instituições centenárias e tradicionais. A dinâmica que vem produzindo desafios é a de que tanto a sociedade, em seu movimento do real, como os sujeitos que estão ingressando no ensino superior não se pautam, necessariamente, no seu fazer e pensar, pela lógica neoliberal e positivista enraizada nos procedimentos acadêmicos. Há um contraste identificado: ampliam-se as vagas e se democratiza o acesso à universidade, mas as instituições não se reciclam na mesma velocidade, fazendo com que o sujeito histórico não dotado dos códigos tradicionais tenha que se enquadrar absolutamente aos valores e normas, constituindo uma relação de mão única em que a cultura e o modo de vida desse sujeito histórico são descartados da rotina acadêmica.

É nesse contexto que ganha sentido o debate que nos propomos fazer, o de que há uma lógica acadêmica tradicional, que vamos chamar aqui de lógica da excelência, que hegemoniza o *modus operandi* do fazer acadêmico e é produto e produtora de avaliações internas e externas que são orientadas por princípios positivistas, classificatórios e liberais. Estamos chamando de "lógica da excelência" não por sermos contrários aos programas de pesquisa de ponta e de alta complexidade científica e tecnológica. É importante que fique claro que pesquisas desse porte representam grande avanço para a humanidade e devem ser apoiadas sempre.

A vinculação que fazemos aqui entre uma lógica tradicional e conservadora com o termo "excelência" se dá pelo fato de que o discurso da excelência, isto é, da universidade de ponta, hoje está sendo cooptado pelo "discurso competente" da meritocracia e do mercado. O discurso contemporâneo da excelência acadêmica está bem mais ligado à produção de conhecimentos para sanar problemas comerciais, como

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

tecnologias de produção, do que ligado ao desenvolvimento de um saber socialmente utilizável em políticas públicas ou processos de democratização do mesmo.

Relacionamos a noção de excelência acadêmica supracitada com o que a filósofa Marilena Chaui (1993) chama de "discurso competente", que é aquele vigente, instituído e que impõe restrições de linguagem e de cultura. Esse discurso competente tem duas versões, a burocrática e a do conhecimento. A burocrática se refere à organização institucional, hierárquica e científica da sociedade, e o discurso competente como conhecimento é o do especialista que fala de um ponto privilegiado, acadêmico.

Em um estudo, feito pela professora Denise Leite, em algumas universidades da América Latina e em Portugal, diagnosticam-se algumas características do perfil de universidade que descrevo acima, as principais delas são (Leite, 2005: 55):

- no seio das instituições se vive um capitalismo acadêmico e se formam professores empreendedores;
- docentes buscam no mercado recursos para suas pesquisas, fazem parcerias com estudantes e empresários para formar incubadoras empresariais, registros nacionais e internacionais de patentes;
- a gestão é de caráter gerencialista, em que decisões centrais induzem a medidas de contenção de despesas: corte dos gastos nas vagas docentes, indução de aposentadorias precoces de docentes e de técnicos, contratações temporárias e avaliações baseadas somente no mérito individual.

Essas características estão tão evidentes nas práticas da universidade do início do século XXI que a pesquisadora chega a afirmar que:

Criou-se a cultura do professor empreendedor e estabeleceu-se o capitalismo universitário nas instituições de pesquisa através da ação de acadêmicos e dos técnicos, que sendo empregados públicos, agem como capitalistas empreendedores subsidiados pelo Estado. (...) De tal forma que se pode caracterizar o Redesenho Capitalista das universidades como uma espécie de performance institucional marcada pela comoditização do conhecimento, da ciência e da tecnologia, produzida pela nova gestão que favorece a comercialização privada e as operações com lucro nos campi. (Leite, 2005: 56).

Esse processo demarca a cooptação constante que o discurso da excelência vem sofrendo pela concepção neoliberal e capitalista de universidade. Esse modelo é o de

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

uma instituição tradicional que sempre foi autônoma do mercado e que passa a adotar critérios deste nas suas atividades e funções através de processos homogeneizadores de avaliação, seja ela institucional ou nos cursos e disciplinas, que, como já mencionado, teve seu ápice de implantação na década de 1990 e que continua vivo nas políticas contemporâneas.

A diversidade cultural não é uma característica histórica da universidade brasileira, pelo contrário, a convivência com a pluralidade étnico/racial e econômica é algo novo que traz primeiro uma quebra de paradigma estético que sempre foi vinculado ao homem branco, europeu e dotado dos códigos universitários e, segundo, traz o desafio de relativizarmos os modelos de gestão e de avaliação das atividades acadêmicas.

A pedagogia universitária, como campo de pesquisa, necessita urgentemente responder aos desafios que as políticas de ação afirmativa estão colocando para as universidades brasileiras em termos de inclusão e acompanhamento de alunos pertencentes a grupos até recentemente pouco representados nos cursos mais seletivos. O aumento da diversidade nas instituições de educação superior propiciará novos questionamentos quanto à forma como a universidade se relaciona com a sociedade. (Oliven, 2007: 161).

Essas alterações do público que a acessa e do caráter do ensino têm provocado tensões que colocam em jogo dois projetos de cultura universitária. Por um lado, temos a versão clássica de pensar e fazer a universidade, aquela pautada pela "excelência acadêmica", que tem seus modos de produzir o ensino, a pesquisa e a extensão, mas que é marcada, primordialmente, pelos seus métodos e fundamentos avaliativos. Por outro lado, temos uma proposta de universidade emancipatória e diversificada, esse modelo se encontra mais em caráter propositivo e em construção do que concretizado.

O modelo orientado pela "cultura da excelência acadêmica" traz consigo um conjunto de valores que se constituem como válidos e soberanos no ambiente acadêmico, isto é, a universidade gestada nessa ótica e que herda essa forte tradição tem, em seus quadros e estrutura, a solidificação dessa cultura que perpassa todo o corpo administrativo, docente e discente. A questão que se coloca hoje é a de como continuar desenvolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão e ainda avaliar esse processo na lógica da excelência, tendo em vista o novo público que tem acessado à universidade por meio das ações afirmativas e da ampliação das vagas? As relações étnico/raciais, o

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

racismo e as desigualdades não são pauta central para a cultura da excelência acadêmica, e as ações afirmativas estão introduzindo esses temas no corpo da universidade.

Reconhecer a cultura popular, os conhecimentos e valores da população afro-brasileira, considerar aspectos históricos que contemplem o respeito à ancestralidade, à religiosidade são prerrogativas sinalizadas pelas ações afirmativas. Tais elementos ainda são letra fria do discurso legal ou estão presos em posturas que optam pelo silêncio travestido de "respeito". Para um conjunto significativo de docentes, lidar com a diferença é apagá-la, ou seja, transformar o diferente, que historicamente nunca frequentou espaço universitário, em igual àquele que sempre esteve ali. O discurso universalista do "tratar igual" é o mecanismo que exerce a exclusão acadêmica daquele que já vem de grupo discriminado socialmente.

O estudante negro de escola pública, ao ser tratado da mesma forma que um estudante branco que estudou toda vida no ensino particular, não é prejudicado somente pelo fato de ter tido ensino de menor qualidade e ser vítima de preconceito na vida, mas, do ponto de vista acadêmico, é prejudicado porque os códigos culturais, exigidos desde o vestibular até as avaliações nos diferentes cursos, são delineados pela ótica da cultura branca eurocêntrica. Sem se ver dentro dos conteúdos e sem ser valorizado no discurso acadêmico, o aluno negro tende a acreditar que a produção de um conhecimento de excelência dificilmente será produzido com a sua participação, tendo em vista que os códigos e valores necessários para fazê-lo não contemplam sua cultura, seu tempo de aprendizagem e nem fazem parte de sua vida cotidiana.

O diagnóstico concreto desse fato é o baixo índice de alunos cotistas ocupando espaços acadêmicos como bolsas de iniciação científica e de pesquisa e, ainda, sua dificuldade de se inserir na vida universitária, haja vista sua dinâmica de vida que o exige trabalhar, na maioria dos casos, e dar conta das condições materiais básicas para poder estudar. Sem dúvida, que há uma relação complexa e dialética entre a necessidade dos estudantes cotistas apreenderem sobre as dinâmicas científicas e tecnológicas e o modo como isso deve ocorrer, ou seja, respeitando e partindo de sua cultura e seus saberes. Porém, essa relação é de total desequilíbrio hoje, pois o modo como se está recebendo esse grupo social na UFRGS tem provocado, em geral, sua evasão, ou um impacto cultural tamanho que impede que o segmento consiga acompanhar seus cursos

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

na seriação aconselhada, dentro do tempo previsto para se formar. Esse problema ocorre com todos os alunos da universidade, independente de sua escolaridade ou cor, entretanto, os alunos cotistas negros sofrem mais, tanto pelas razões já descritas, quanto pelo que podemos chamar de racismo institucional.

Esse é um conceito concebido (Silvério, 2002) para ilustrar ações do Estado, através de suas instituições de discriminação racial, é um modelo de racismo que funciona por mecanismos de controle do sistema jurídico/burocrático, em geral, pautados por uma lógica que privilegia o sujeito padronizado pela visão hegemônica de Estado moderno, ou seja, homem, branco, heterossexual e, em última instância, "bem sucedido". O racismo institucional faz parte da rotina das instituições que fixam "lugares" para "alguns" sujeitos, mantendo e reproduzindo hierarquias e desigualdades históricas. A formação do Estado brasileiro e as especificidades do seu racismo perpassam a história das instituições sociais, Pace e Lima (2011, p.10) afirmam que é:

Inegável, portanto, a presença de uma política estatal sempre excludente do segmento populacional de negros, o que pode ser caracterizado como uma legitimação do racismo institucional, que é praticado pelas estruturas públicas e privadas do país, que se diferencia do racismo individual, que se trata de uma forma de preconceito, quando, por exemplo, alguém se acha superior ao outro por conta de sua raça. O primeiro é o responsável pelo tratamento diferenciado entre negros e brancos em áreas como educação, trabalho e segurança pública, dentre outras, isto é, quando o resultado das ações estatais, como as políticas públicas, é absorvido de forma desproporcional por esses grupos.

Os mecanismos de materialização do racismo institucional são diversos e dependem da correlação de forças e do perfil das instituições. As universidades, por se tratarem de espaços bastante elitizados étnica e economicamente, não necessitavam ou não exerciam esse dispositivo característico da sociedade brasileira nas relações diretas. No entanto, nos últimos anos, o cenário mudou, e a presença mais constante da população negra nos bancos acadêmicos nos mostra que a universidade é parte do Estado e sua institucionalidade.

As peculiaridades que podemos destacar dessas instituições, além do exemplo da dificuldade de o aluno negro ser contemplado com bolsas acadêmicas, são de experiências que o aluno cotista negro pode passar durante seus estudos. É possível imaginar o tratamento que um professor contrário às cotas raciais pode oferecer a um

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

aluno quando esse pretende tirar uma dúvida ou pedir algum auxílio? Sem dúvida, que partimos do pressuposto que nenhum tipo de discriminação ou algo do gênero vá ocorrer, mas há a possibilidade. Se imaginarmos um conjunto de professores, gestores e funcionários da universidade que são contra as ações afirmativas, as chances desse mesmo aluno ser preterido em algum momento de sua vida acadêmica aumentam.

Esses movimentos não são evidentes, explícitos no tratamento pessoal, mas estão na boa vontade e agilidade para fazer algum trabalho administrativo, para explicar de outro modo algum conteúdo, para classificar em algum projeto de pesquisa. Essas ações são fruto da subjetividade preconceituosa, consciente ou não e formam o tecido do racismo institucional.

NOTAS FINAIS

A legislação brasileira tem avançado no que se refere à obrigatoriedade de compor os currículos das licenciaturas com conteúdos que trabalhem a diversidade, as relações étnico culturais, a história da formação da nação brasileira, entretanto, na prática, pouco está sendo feito. Várias são as razões, entre elas, estão o déficit da formação dos professores universitários para trabalhar temáticas diferenciadas das tradicionais e a falta de preparo da gestão institucional em propor políticas e programas ligados a essas demandas.

No que se refere a programas e atividades de formação docente, com central atenção a esses aspectos pedagógicos, a ação institucional é bastante tímida, ou seja, a universidade pouco oferece ou sequer propõe para seus docentes uma continuada reflexão sobre as mudanças que o ensino superior vem passando, sobre as necessárias transformações na ótica e na prática avaliativa e nas construções curriculares.

A necessidade de mudança da lógica avaliativa da universidade é algo que já está se evidenciando nos primeiros resultados de desempenho dos alunos do Programa de Ações Afirmativas, essa é uma demanda com que a comunidade acadêmica irá se defrontar nos próximos anos. Outro aspecto que se evidencia é a necessidade de adaptação e de contextualização curricular, principalmente nas licenciaturas, o que deve ocorrer por pressão política cada vez maior dos movimentos sociais, dos alunos negros e de escola pública que, com o passar dos anos, terão maior representatividade. Esses

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

dois aspectos passam pelo processo de formação dos professores universitários, pelo caráter pedagógico dessa formação, caráter esse que é algo muito pouco debatido no interior da instituição, principalmente, quando se trata de cursos na área da saúde e das ciências exatas.

Essas medidas propositivas representam o carro chefe para a emergente mudança da lógica conservadora de fazer e pensar o ensino superior. Sabe-se que a herança de aspectos tradicionais é forte e que o velho está presente no novo, mas a tensão a ser provocada requer coragem e criatividade. O ano de 2012 foi marcado pela volta do debate sobre ações afirmativas na UFRGS pelo fato de que a política foi renovada no CONSUN (Conselho Universitário). Sugestões de alterações de dinâmica, de tempo, e até de grupo foco da política foram trazidas por vários segmentos da universidade.

Politicamente, foi um momento rico para fazer um balanço acerca dos cinco anos que se passaram e discutir com seriedade a real democratização do ensino superior. Após a renovação das cotas na UFRGS com certo consenso em relação ao mérito do tema, pelo fato de que a gestão da UFRGS se mostra apoiadora da política, foi aprovada, no Congresso Federal, e sancionada pela Presidência da República, a Lei 12.711, em agosto de 2012, que trata sobre a implementação da reserva de vagas em instituições federais de ensino.

Essa lei prevê que as universidades federais, bem como os institutos federais de nível superior reservem 50% das suas vagas, em todos os cursos, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Ainda diz que, dentro desse público, reservar-se-ão vagas para pretos, pardos e indígenas em número compatível com a proporção dessas populações, segundo o IBGE, na unidade da federação na qual fica a instituição. A lei ainda traz critérios socioeconômicos ao definir que, no mínimo, metade das vagas das cotas seja reservada para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita.

Isso fez com que a UFRGS, mesmo com o edital do vestibular já aberto, adaptasse sua resolução sobre o Programa de Ações Afirmativas e seu edital do processo seletivo à Lei federal. As reuniões no Conselho Universitário foram palco de inúmeras considerações sobre a lei e acerca do futuro da instituição diante desse fato,

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

que é encarado como grande avanço político e social por uns e como grave atentado à autonomia universitária por outros.

As resistências às ações afirmativas são muito vivas e poderosas dentro e fora da universidade, são visíveis as contradições inerentes ao processo de disputa travado pelos movimentos sociais por mais acesso e direitos, nesse caso, à educação universitária. As cotas para negros, no Brasil, têm produzido a queda de vários mitos relacionados ao racismo, como o de que nosso país vive uma democracia racial e o de que o brasileiro seria um povo cordial em todas as relações sociais.

Ainda impressiona como, tanto o mito do mérito, quanto o mito de que o vestibular é um meio pleno de avaliação estão presentes no imaginário da comunidade acadêmica e da sociedade. As ações afirmativas têm colocado em xeque o mantra de que o vestibular é um modelo justo e legítimo de avaliar se a pessoa vai ou não acompanhar seu curso ou se formar. Na UFRGS, segundo informações passadas pela Reitoria, em média, 30% dos alunos se formam no tempo mínimo do curso, são minoria em todas as áreas de conhecimento. Inclusive, é por essa razão que todos têm o direito de se formar no dobro do tempo de duração do seu curso.

Outro fenômeno que tais políticas têm externado é a incongruência, como aponta Doebber (2011), de que, para ingressar na universidade, o estudante negro tem de se reconhecer como diferente no seu pertencimento étnico, pois se autodeclarar é a condição, porém, ele tem de se transmutar em igual para poder ser visto, respeitado e para se adaptar e ter êxito na vida acadêmica, ou seja, ficar igual como estratégia de permanência. O que temos visto, nos primeiros resultados de desempenho, é que qualquer avaliação feita com apenas cinco anos de cotas é prematura e limitada, tendo em vista que, pela média geral, poucos cotistas irão se formar nesse período. As diferenças de acompanhamento acadêmico por área de conhecimento, os perfis de cursos e currículos ainda não permitem um olhar mais coeso e global.

A pluralidade de critérios avaliativos das áreas, os graus distintos de dificuldade das disciplinas, a pouca representatividade quantitativa de cotistas em alguns cursos são outras variáveis que tornam complexa a avaliação. A universidade vive um processo histórico de transformação e aprendizado que, além de ampliar a diversidade nos seus espaços, está desafiando a comunidade acadêmica a desenvolver outros parâmetros de trabalho pedagógico e de relações humanas. E o papel de cientistas sociais

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

comprometidos com as causas populares, de democratização da sociedade e com a diminuição das desigualdades é o de tomar a dianteira nesse processo político, sendo propositivo e subsidiando, através de suas pesquisas, ações que encaminhem as mudanças necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DOEBBER, Michele Barcelos (2011). "Reconhecer-se diferente é a condição de entrada – Tornar-se igual é a estratégia de permanência". *Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Brasil.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo (2006), "Depois da Democracia racial". *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.18, n.2.

JÚNIOR, João dos Reis Silva & SGUISSARDI, Valdemar & Silva, Educaro Pinto (2010). "Trabalho intensificado na universidade pública brasileira". In Oliveira, João Ferreira & CATANI, Afrânio Mendes & JÚNIOR, João dos Reis Silva. *Educação superior no Brasil* (105 a 131). São Paulo: Xamã.

LEITE, Denise (2005). "Avaliação Institucional Participativa e a Universidade Socialmente Empreendedora". In Sobrinho, José Dias (2005). *Avaliação Políticas Educacionais e Reforma da Educação Superior*. São Paulo: Cortez Editora.

_____ (2010). *Inovação, Avaliação e Tecnologias da Informação*. Porto Alegre: Ed. Pacartes.

LIMA, Marluce, PACE, Ângela (2011). "Racismo Institucional: apontamentos iniciais". *Revista Artíficos*, v.1, n.2. ps, 1 a 17.

OLIVEN, Arabela Campos (2009), "Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico". In: *Revista Educação*. Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 65-76, jan./abr.

_____ (2007), "Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras: uma Questão Política, um Desafio Pedagógico". In: FRANCO, M.E.D.P. e KRAHE E. D. (orgs) *Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento*. Porto Alegre: Série RIES/PRONEX EdUPucrs, vol.1, p.151-160.

_____ (2007), "Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidade: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil". in *Educação*. Porto Alegre, v. 50, n. 1 (61), p. 29-52, jan./abr.

SANTOS, Boaventura de Souza (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo; Cortez Editora.

SANTOS, Gevanilda, SILVA Maria Palmira da, (2005). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo.

Linha temática: *Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das "crises" às alternativas*

SILVA, Nelson do Valle. (1978), *White-nonwhite income differentials: Brazil 1960*. PhD Thesis. University of Michigan.

SILVÉRIO, Valter Roberto (2002), "Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, ps, 219-246.